



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2018 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A TRINTA E UM DE JULHO DE DOIS MIL E DEZOITO

Acta nº 1/2018

Aprovada em 31/07/2018

No dia trinta e um de Julho de dois mil e dezoito teve lugar no salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a *primeira sessão extraordinária* de 2018 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – ABERTURA DOS TRABALHOS

Informações do Presidente da Assembleia.

II – ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara;

Debate;

2. **Revisão do Plano Anual e Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal de Coimbra**, nos termos da alínea a), do nº 1 do artº 25º, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro;
3. **IC2 – Proposta de alteração da zona de servidão Non Aedificandi - Plano de Alinhamentos (Km 0+000 ao Km 6+500)**, nos termos da alínea r), do nº 1 do artº 25º, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro;
4. **Proposta de abertura de Concurso Interno Geral para provimento do cargo de Adjunto Técnico do Comando da Companhia de Bombeiros Sapadores – para conhecimento.**

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Eleitos directos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Isabel Vargues, Hernâni Caniço, Rosa Isabel, Luís Silva, António Correia, Ângela Pinto Correia, Juvenal Sousa, Rui Claro, Isabel Garcia e José Dias.

Presidentes de Junta de Freguesia: José Salgado, Diamantino Jorge, Fernando Abel, Manuel Veloso, Jorge Veloso, António Coelho, Horácio Costa, Joaquim Pereira, Arménio Ferraz, M^a Conceição Caetano e M^a Júlia Antunes.

Grupo Municipal (PPD/PSD):

Eleitos directos

José Rodeiro, Paula Alves, Ana Patrício, Rui Marques e João Parreira.

Presidentes de Junta de Freguesia: Francisco Andrade, José Filipe, João Campos e Lídia Falcão.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos directos

Manuel Rocha, Pinto Ângelo, Victor Carvalho e M^a Isabel Melo.

Presidentes de Juntas de Freguesia:

António Lopes e Jorge Mendes.

Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):

Eleitos directos

José Albino, João Aldeia, M^a dos Prazeres Francisco, Carlos Silva e Daniela Sequeira.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Presidente de Junta de Freguesia:

Rui Soares.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos directos

Maria Helena Mendes, Lúcia Santos e Pedro Filipe.

Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):

Eleitos directos

Graça Simões e Serafim Duarte.

Deputado Municipal do PPM

António Cabral Oliveira

Deputado Municipal do MPT

Rui Campos (não esteve presente)

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara, Manuel Machado, estiveram presentes os Vereadores Carlos Cidade, Regina Bento, Carina Gomes, Paula Pêgo, José Silva, Ana Maria Silva e Francisco Queirós.

Mesa:

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Francisco Andrade, como Primeiro Secretário e Victor Carvalho, como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento nos termos do artigo 13º e do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal – mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, dos pedidos de suspensão de mandato nos termos do artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Deputado municipal **Vítor Parola**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **José Dias**;

Deputado municipal **João Marques**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Arménio Ferraz**;

Deputado municipal **Paulo Cardoso**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Maria Conceição Caetano**;

Deputado municipal **José Santos**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Maria Júlia Antunes**;

Grupo Municipal (PPD/PSD):

Deputado municipal **Nuno Freitas**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **João Parreira**;

Deputado municipal **José Simão**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Lídia Falcão**;

Grupo Municipal (CDU):

Deputada municipal **Filipa Malva**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituída, pela Deputada Municipal **Isabel Melo**.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):

Deputada municipal **Filomena Girão**, pedido de *suspensão de mandato*, por **90 dias**, tendo sido substituída, pela Deputada Municipal **Daniela Sequeira**.

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do nº 1 artigo 79º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos do artigo 13º e, do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal.

I – ABERTURA DOS TRABALHOS

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à abertura dos trabalhos.

INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 00:34 a 04:59 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Declarou formalmente aberta a sessão extraordinária, informando que se caracterizava pelo debate 3 pontos na “*Ordem do Dia*” e por não ter “Período de Antes da Ordem do Dia”;
- Agradeceu a presença da maioria dos deputados municipais, explicou cada ponto da convocatória;
- Terminou partilhando com todos os presentes um voto de pesar e uma palavra de memória, ao Professor Dr. Almeida Santos, pedindo que se fizesse um minuto de silêncio, dando de imediato a palavra ao Presidente da Câmara.

II – ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara: [\(áudio 06:45 a 14:12 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Começou por saudar todos os presentes, justificando de imediato o pedido daquela sessão extraordinária da Assembleia Municipal, informando que a mesma se devia ao facto de a Câmara Municipal ter tido, no principio da tarde, uma reunião com todos os Presidentes das juntas de freguesias para outorgar os contratos de delegação de competências, anteriormente aprovados pela Assembleia Municipal, a entrega de propostas de protocolos para realização de obras e limpeza das faixas de Gestão de Combustíveis;
- Mais disse que havia outra componente, que tinha a ver com a revisão do Plano Anual e Plurianual de Investimento, porque o Tribunal de Contas, tinha decidido alterar/reajustar, ripristinando alguns artigos da legislação anterior, determinando aspectos procedimentais;
- Preventivamente, a Câmara Municipal achou que era preferível proceder a revisão do Plano Anual e Plurianual de Investimentos de modo a ter previsto, em orçamento, para o ano económico decorrente e seguintes, conforme as necessidades e em função dos Fundos Europeus, para o financiamento de obras no âmbito do Programa 2020;
- Terminou dizendo que não haveria aumento de dotação, haveria apenas, a repartição da despesa previsível em investimento em acto económico

Debate

Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS-PP): [\(áudio 14:54 a 17:49 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Disse que na última reunião da Assembleia Municipal, de 29 de junho, tinham colocado um conjunto de questões sobre o Complexo Desportivo Integrado e Centro Olímpico de Ginástica, mas tinham ficado sem resposta e o tempo vinha dar-lhes razão, porque a proposta atabalhoada que tinha chegado à Assembleia Municipal última, tinha sido sucedida por avanços e recuos, próprios de quem não estava seguro daquilo que estava a fazer ou a votar e as tentativas trapalhonas de enaltecer as virtudes daquela oportunidade ofuscavam e feriam-na pela falta de transparência com que se insistia em revesti-la.
- Informou que o CDS se tinha abtido na votação relativamente aquele ponto, deixando questões objetivas que contribuíam para que o processo se tornasse mais claro e transparente, mas perante os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

factos elencados, o CDS estava contra a forma opaca que o Executivo tinha adoptado para conduzir todo aquele processo.

- Terminou afirmando que o CDS sentia particularmente satisfeito por observar e testemunhar na primeira pessoa o impacto positivo que os EUSA Games tiveram na cidade nos últimos quinze dias, mas mais ainda com o impacto que, teria para futuro, assim Coimbra soubesse aproveitar o legado que o percurso trilhado tinha deixado.

Intervenção do deputado municipal Rui Marques (PSD): [\(áudio 18:09 a 23:40 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Congratulavam-se com a forma como tinha decorrido o “Orçamento Participativo”, assim como, as Festas da Cidade, exceptuando, o esquecimento da iluminação da Rua da Sofia e, a “Feira Cultural das Artes”
- Agradeceu ao Presidente da Câmara e aos Vereadores daqueles pelouros, bem como, aos trabalhadores adstritos, pelo trabalho feito;
- Terminou chamando à atenção, para o estado dos “Jardins do Mondego”, do “Parque Verde” e do desassoreamento do “Rio Mondego”

Intervenção do deputado municipal Jorge Mendes (CDU): [\(áudio 24:23 a 26:13 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Chamou à atenção do assoreamento a jusante da Ponte Açude, pois não sabia se não haveria problemas futuros, entendendo que as juntas existentes a no limite do concelho, deveriam ser informadas e oficializadas sobre as obras que estavam a decorrer e, a danificação da estrada da Beira Rio, entre o Choupal e Taveiro, esperando que o tapete fosse repostado antes das obras acabadas, lembrando mais uma vez que as obras não interferisse com a sua freguesia, especialmente, com o Ameal, pois continuava sem cemitério.

Intervenção do Presidente da Câmara: [\(áudio 26:49 a 35:18 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Relativamente ao desassoreamento do Rio Mondego esclareceu que era da responsabilidade da APA, no entanto a Câmara Municipal tinha desafiado o Ministério do Ambiente para assumir a responsabilidade directa da Administração Central, financiamento esse, obtido através da PROSEUR, para os arranjos dos muros das margens direita e esquerda;
- Mais informou que o desassoreamento do Rio Mondego estava a ser controlado on-line, ao minuto e, a areia tinha que ser depositada a jusante, até á queda de “10”, os sedimentos eram postos em decantação porque era necessário serem analisados e só depois, é que seria utilizado, para tapar os fundões do Rio Mondego e, quanto aos prazos disse que no limite seriam mais 2 meses
- Quanto aos “Jardins do Mondego” disse não saber de nenhum dado novo, informou, que tinha afirmado perante a Assembleia Municipal e entidades várias, incluindo, as judicias que respeitando os tribunais e estando o processo em estância própria e que quando estivessem concluídas as respectivas acções, o Presidente da Câmara teria de ser notificado e conseqüentemente, em nome do Município, responderia.

2. Revisão do Plano Anual e Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal de Coimbra, nos termos da alínea a), do nº 1 do artº 25º, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro;

Deliberação nº 23/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 17 de Junho, deliberou, por *unanimidade*, nos termos da Resolução do Tribunal de Contas n.º 14/2011, de 11 de Julho e da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, *aprovar* a “**Autorização específica da plurianualidade e acréscimo das despesas**” e a “**Autorização do financiamento integral (100 %) das despesas através de fundos próprios do Orçamento Municipal**”, relativo aos processos constantes do “**Mapa de projetos e ações das Grandes Opções do Plano para 2018, objeto de modificações orçamentais da despesa plurianual e/ou respetivas fontes de financiamento do Orçamento Municipal**”, que dada a sua extensão se anexa e, cujos projetos são os seguintes:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- 01 003 2003/600-9 Recuperação de fachadas, coberturas e caixilharias do bairro da Rosa (eficiência energética – candidatura - Centro 2020);
- 01 003 2003/600-10 Recuperação de fachadas, coberturas e caixilharias do bairro do Ingote (eficiência energética - candidatura - Centro 2020);
- 01 003 2016/63-1 Reabilitação do edificado de caráter social dos Bairros do Ingote e ex-IGAPHE (PEDU - Fase 1) - Estudos, projeto e execução;
- 01 003 2016/44-1 Residência "Ganhar Autonomia" - PEDU (Fase 1) - Requalificação do edifício;
- 01 003 2016/64-1 Requalificação do espaço público dos Bairros da Rosa, do Ingote e ex-IGAPHE (PEDU - Fase 1) - Estudos, projeto e execução;
- 01 004 2014/15-10-1 Reabilitação/Construção edifício "Casa das Talhas", Rua Fernandes Tomás, 58 a 66;
- 01 004 2014-37-9-1 Praça do Comércio - Valorização e revitalização da Praça do Comércio - Estudos, projeto e execução (PEDU - Fase 1);
- 01 004 2014/37-11-3 Rua para Todos Baixa e Rio (PEDU - Fase 1) - Estudos, projetos e execução;
- 01 004 2014/38-5-3 Requalificação do Parque Manuel Braga - Estudos, projeto e construção (PEDU - fase 1);
- 01 004 2015/49-2 Encosta da Sofia - Requalificação das ruas Pedro Rocha, Encosta Montarroio, Ladeira do Carmo, Ligeira rua de Aveiro (PEDU - Fase 1) - 2º troço (Ladeira do Carmo/Rua de Aveiro);
- 01 004 2016/55-1 Circular na Alta (PEDU - Fase 1) - Estudos, projeto e execução;
- 01 004 2016/61-1 Largo da Sé Velha - valorização do espaço público (PEDU - Fase 1) - Estudos, projeto e execução;
- 01 004 2016/62-1 Valorização do percurso Universidade/Arco da Almedina (PEDU - Fase 1) - Estudos, projeto e execução;
- 01 006 2013/18-2 Recolha e transporte de resíduos urbanos e limpeza urbana no Centro da Cidade;
- 01 009 2010/39-3 Instalação AVAC, eletromecânica e transporte vertical - assistência técnica equipamentos eletromecânicos;
- 01 009 2015/8-4 Aluguer operacional de veículos - diversos serviços;
- 02 002 2016/59-1 Refuncionalização do Mercado D. Pedro V (PEDU - fase 1) - Estudos, projeto e execução;
- 02 006 2016/38-1 Caminhos Pedonais de Cruz de Celas/baixa, santa Clara, Arregaça e Loios (PEDU - Fase 1) - Cruz de Celas/baixa, Arregaça e Loios;
- 02 006 2016/38-2 Caminhos Pedonais de Cruz de Celas/baixa, Santa Clara, Arregaça e Loios (PEDU - fase 1) - Santa Clara/calçada de Santa Isabel;
- 02 009 2012/42-2 Estabilização da margem direita do rio Mondego entre a Ponte Santa Clara e o Açude-Ponte de Coimbra (Cofinanciamento ao POSEUR - Portugal 2020);
- 03 002 2017/60-1 Promoção da eficiência energética na frota dos SMTUC - Cofinanciamento ao POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos) - Apoio para a contrapartida pública nacional;
- 05 003 2015/30-2 Escola do 1º CEB do Norton de Matos – construção.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

3. IC2 – Proposta de alteração da zona de servidão Non Aedificandi - Plano de Alinhamentos (Km 0+000 ao Km 6+750);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Presidente da Câmara: [\(áudio 37:44 a 42:34 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Disse que aquela era a segunda tentativa, porque a anterior não tinha sido aceite, para uma definição de um corredor necessário para a intervenção da ampliação do IC2,
- Mais informou que quando tinha sido decidido fazer aquela via municipal ou estadual tinha sido definido fazer aquele corredor, com uma faixa com a largura de 100m para cada lado no IC2, publicado em Diário da República, que criava uma serventia administrativa e, posteriormente a Câmara Municipal tinha tentado que fosse reduzida a largura daquele corredor, que veio a criar problemas, tendo sido tudo bloqueado, (licenças ou qualquer outras intervenções de outra natureza), porque era uma servidão administrativa e não podia ser mexida, salvo se, houvesse um acordo, por proposta da Câmara Municipal, que tivesse parecer favorável do Instituto de Estradas de Portugal, que posteriormente era submetido à aprovação do IMT e era aquela etapa que se encontrava o processo;
- Terminou destacando, que a Câmara Municipal, com a aprovação da Assembleia Municipal, tinha aberto um concurso para concessionário um terreno sito na Ponte de Eiras, para o loteamento Industrial de Eiras, mas por via da dominialidade administrativa do terreno, não se podiam fazer as obras, nem a Câmara podia licenciar as construções
- Terminou dizendo, que era possível, mediante acordo entre o Município e as Infraestruturas de Portugal, obter o parecer favorável do IMT, para aquele corredor, que ia desde a Casa do Sal até o limite do concelho.

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC): [\(áudio 42:56 a 46:30 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Disse que era sabido e conhecido por todos, que a rotunda do Almegue, era um atentado diário à mobilidade, à sanidade e à saúde e, se era justo a resolução daquele problema, também era justo lembrar, que em 2009, a projectada travessia do Choupal naquele troço (Almegue/IC2) que implicava 6 faixas de rodagem e que abrangia 6 mil m² da área do Choupal e naquela altura tinha sido constituído em Coimbra um Movimento cívico de defesa do Choupal, com mais de 5 mil assinaturas e dirigido a Assembleia da República, exigindo uma alteração da travessia de modo a salvaguardar o Choupal;
- Afirmou que uma intervenção daquele tipo, iria afectar de forma irreversível o Património Natural, Histórico e Cultural do Choupal, do concelho e também do país;
- Terminou informando não estar de acordo com o traçado, pois tinha participado no Movimento Cívico de 2009.

Deliberação n.º 24/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 17 de Junho, deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea r), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, *aprovar*, a proposta de “**Alteração da zona de servidão Non Aedificandi do IC2 (Km 0+000 – Km 6+750) – Plano de Alinhamentos**”.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

4. Proposta de abertura de Concurso Interno Geral para provimento do cargo de Adjunto Técnico do Comando da Companhia de Bombeiros Sapadores – para conhecimento.

Deliberação/2018

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 17 de Julho de 2018, deliberou, *tomar conhecimento da* **Proposta de abertura de Concurso Interno Geral para provimento do cargo de Adjunto Técnico do Comando da Companhia de Bombeiros Sapadores.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Assinadas e aprovadas as deliberações por minuta e sendo dezanove horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão.